

# UM BREVE RELATO SOBRE A QUESTÃO AMBIENTAL

SILVA, Valquiria Brilhador da<sup>1</sup>; CRISPIM, Jefferson de Queiroz<sup>2</sup>

## INTRODUÇÃO

A questão ambiental que vem sendo discutida em todos os âmbitos da sociedade é de interesse de todos, uma vez que as mudanças ambientais podem trazer conseqüências positivas ou negativas a nossa qualidade de vida. A percepção social do caráter global dos grandes desafios, que são impostos à humanidade criou as condições para a emergência de um intenso debate sobre o destino ambiental do nosso planeta, sendo este debate elemento constitutivo da nova ordem mundial. As relações comerciais entre países estão cada vez mais condicionadas pelas discussões sócio-ambientais e as formas sistemáticas de produção e gestão ambiental procuram formas de se lidar com os perigos e as incertezas do futuro do homem.

O texto é uma revisão da literatura e tem como objetivo contribuir para a discussão do tema, apresentando um breve relato sobre a questão ambiental. Na primeira parte relatamos de forma concisa a mudança da relação do homem com o meio ambiente. A partir do progresso técnico intensificaram-se as intervenções na natureza para apropriação dos recursos naturais, provocando grandes alterações no meio ambiente principalmente após a revolução industrial. Na segunda parte são citados alguns acontecimentos que sensibilizaram a sociedade em geral para a discussão sobre os problemas ambientais, tais fatos se desdobraram no surgimento da gestão ambiental. A seguir são feitas algumas considerações sobre a sustentabilidade ambiental, onde países ricos resolveram problemas de bem estar social, mas enfrentam até hoje os resultados da degradação ambiental provocada para obtenção deste “bem estar”.

## A QUESTÃO AMBIENTAL E SUA EVOLUÇÃO

Após 4,5 bilhões de anos de existência, o planeta Terra continua em constante processo de transformação. Apesar de ser muito “jovem” quando comparado com a

---

<sup>1</sup>Graduada em Geografia e Pós- Graduada em Educação e Gestão Ambiental pela FECILCAM. [valkiriabs@yahoo.com.br](mailto:valkiriabs@yahoo.com.br).

<sup>2</sup>Doutor em Meio Ambiente e Desenvolvimento, Professor Adjunto do Departamento de Geografia-FECILCAM. [jeffersoncrispim@yahoo.com.br](mailto:jeffersoncrispim@yahoo.com.br)

formação do universo (15 a 18 bilhões de anos), apresenta registros de drásticas alterações ambientais, como a deriva dos continentes; as rupturas na crosta terrestre, áreas nas quais há milhões de anos pertenciam ao fundo do mar e hoje são habitadas, como por exemplo as ilhas havaianas, que surgiram bem depois da formação do planeta, por consequência de erupções vulcânicas; as glaciações registradas, diminuindo a temperatura do planeta em vários graus centígrados, são também exemplos de fenômenos geológicos e climáticos que podem ser medidos em milhões e até centenas de anos, mostrando que o planeta Terra não é algo inanimado, mas sim vivo e em constante transformação natural.

A história do homem é curta em relação a história da vida na terra, ou seja cerca de um milhão de anos. A medida em que o homem evoluiu, passou a transformar o meio para suprir suas necessidades, pois no passado dependia totalmente das forças e manifestações produtivas da natureza, como a sucessão regular das estações, das chuvas nas ocasiões propícias, do crescimento das plantas, da reprodução dos animais, etc.

Nas civilizações antigas a religião consistia em divinizar os elementos da natureza e ensinar que existia uma relação entre os fenômenos naturais e a conduta humana. Diversos fenômenos produtivos da natureza eram venerados como verdadeiras divindades protetoras do homem. A natureza sempre foi explorada, desde os primórdios, em proveito do homem, o principal componente e beneficiário do mundo natural.

A evolução histórica das questões ambientais repercute desde os tempos remotos, quando o homem desenvolveu um relacionamento direto como dependente dos recursos existentes na natureza, sua fonte de sobrevivência. Nos últimos três séculos, a humanidade atingiu um alto nível de desenvolvimento tecnológico e por meio deste, tenta dominar a forma de produção e controlar as reservas naturais que podem levar o homem a extinção. Com a intensificação das atividades do homem, o ritmo das mudanças acelerou e a escalada do progresso técnico humano pode ser medida pelo seu poder de domínio e transformação da natureza. Quanto mais rápido o desenvolvimento tecnológico, maior o ritmo de alterações provocadas no meio ambiente. Cada nova fonte de energia dominada pelo homem produz determinado tipo de desequilíbrio ecológico e de poluição.

O esgotamento dos elementos naturais de subsistência motivou, certamente, o deslocamento do homem do seu primitivo ambiente de vida. As contínuas e seculares práticas humanas de destruição e exaurimento irracional dos bens naturais passaram a representar sérias ameaças à qualidade de vida e também a comprometer a própria sobrevivência (FERNANDES, 2006).

Os problemas ambientais de ordem antrópica decorrem do uso do meio ambiente para obter os recursos necessários para produzir bens e serviços, proporcionando conforto ao ser humano. O que o homem “acha” (considera) que não serve mais é descartado no ambiente; mas isso nem sempre gerou degradação ambiental,

em razão da escala reduzida de produção e consumo e da maneira pela qual os seres humanos entendiam sua relação com a natureza e interagem com ela. A sociedade consumista em que vivemos enfrenta a acelerada degradação dos recursos naturais que compromete a qualidade de vida, principalmente das futuras gerações e, por outro lado, leva nossa sociedade a procurar modelos alternativos que harmonizem o desenvolvimento econômico com a indispensável proteção ambiental.

O aumento da escala de produção de bens de consumo tem sido um importante fator que estimula a exploração dos recursos naturais e eleva a quantidade de resíduos. Os povos que se sentem parte da natureza apresentam um comportamento mais prudente em relação ao meio ambiente e utilizam seus recursos com moderação. A concepção de um ser humano separado dos outros elementos da natureza talvez tenha sido o fato de maior relevância para o aumento dos problemas ambientais (BARBIERI, 2004).

É muito comum, ao abrirmos livros de história e geografia, encontrarmos textos e sobre a grande Revolução Industrial, que foi um marco importante na intensificação dos problemas ambientais, iniciada no século XVIII, na Inglaterra, logo atingiu vários espaços pelo planeta, promovendo o crescimento econômico e as perspectivas de riqueza com prosperidade e qualidade de vida, acompanhados de um grande uso de energia e de recursos naturais, provocando a degradação ambiental em demasia. Vários problemas ambientais vieram com a urbanização tais como: concentração populacional; consumo excessivo de recursos renováveis e não renováveis; contaminação da águas, solo e ar; desmatamentos, entre outros.

A urbanização foi um dos mais importantes subprodutos da Revolução Industrial e criou um ambiente sem precedentes nas cidades. Por volta de 1850, havia mais cidadãos britânicos morando em cidades do que no campo, e quase um terço da população total vivia em cidades com mais de 50.000 habitantes. Essas cidades eram cobertas de fumaça e impregnadas de imundice, e os serviços públicos básicos como o abastecimento de água, esgoto sanitários, espaços abertos, etc., não acompanhavam a migração maciça de pessoas (DIAS, 2006). No começo deste processo histórico, a configuração territorial era simplesmente o conjunto dos complexos naturais. À medida que a história se desdobra, a configuração territorial é dada pelas obras dos homens: estradas, plantações, casas, depósitos, portos, fábricas, cidades, etc., verdadeiras próteses (SANTOS, 1988).

Através deste marco importante para a humanidade, que foi a Revolução Industrial, se intensificaram os problemas ambientais, pois a maior taxa de emissões químicas de gases de estufa e de substâncias tóxicas nocivas resultam das atividades industriais. Neste período o grande uso de inseticidas, herbicidas, fertilizantes, implementos e outros produtos industrializados fizeram com que a agricultura se tornasse uma atividade intensiva e degradante do meio ambiente.

Não devemos ser “extremistas”, defendendo que toda forma de problema ambiental se iniciou após a Revolução Industrial, pois antes mesmo dela já havia degradação ambiental, com a retirada de florestas em todos os continentes, para os mais diversos fins, ocasionando o assoreamento de rios, através da erosão a perda de fertilidade dos solos. Neste período, a poluição gerada era basicamente de origem orgânica, mas após a Revolução Industrial surge uma diversidade de substâncias e materiais que não existiam na natureza, e passam a ser depositadas ou mesmo descartadas irregularmente de forma cada vez mais crescente.

Segundo Barbieri (2004), mais de 10 milhões de substâncias foram sintetizadas e esse número não para de crescer. Ainda nos primórdios da industrialização, o pastor presbiteriano Thomas Robert Malthus escreveu o conhecido trabalho Ensaio Sobre a População, publicado em 1798, que apontava problemas decorrentes do crescimento populacional e para a possibilidade de esgotamento dos recursos naturais e seus reflexos no recurso econômico.

O autor afirmou que a população, quando não controlada, tende a aumentar numa progressão geométrica, enquanto que os meios de subsistência cresceriam em proporções aritméticas, resultando em escassez de alimentos. O equilíbrio entre oferta e demanda viria por meio das guerras, doenças e pestes. A teoria malthusiana indica o pessimismo das pessoas quanto ao futuro do planeta, devido ao descompasso entre recursos e necessidades e a dificuldade em conter o crescimento populacional, principalmente das populações pobres, pois um dos argumentos de Malthus é que os pobres são os maiores responsáveis pela degradação da natureza. Argumento este que não se confirma, sabe-se na atualidade, que os países ricos são grandes consumidores, e quanto maior o consumo de produtos industrializados, maior quantidade de recursos são retirados da natureza e maior a produção de resíduos, conseqüentemente gerando degradação ambiental.

Por outro lado, encontram-se grupos exageradamente otimistas, que se baseiam na crença de que qualquer problema de escassez no presente ou no futuro próximo será solucionado mais adiante, de modo que sempre haverá a possibilidade de substituição de insumos e processamento produtivos. Diante da possibilidade de esgotamento de certos recursos naturais, o preço de mercado aumentaria, forçando a ciência a pesquisar e aproveitar melhor o recurso escasso e encontrar alternativas para substituí-lo. Esta visão chamada de cornucopiana considera todos os recursos infindáveis e diante da eminente escassez sempre será encontrado algum substituto. Segundo Smith (1983) a riqueza das nações, quando diz que independentemente do solo, clima o extensão territorial de uma determinada nação, a escassez de bens de que esta vai dispor dependera da habilidade, destreza do bom senso com que o trabalho é executado e da porção entre os que executam o trabalho útil e os que não executam o trabalho útil.

As duas teorias estão equivocadas, apesar de trazerem contribuições importantes para o meio ambiente. Malthus contribui para o desenvolvimento da dinâmica populacional e continua fornecendo base conceitual para muitos modelos que buscam relacionar o crescimento das populações de qualquer espécie com seus fatores limitantes, dentre eles a oferta de recursos. As idéias relativas à capacidade de suporte e rendimento sustentável fazem parte dessa corrente. O grande problema é quando esses modelos explicativos viram normas para serem aplicadas aos seres humanos, como exemplo, alguns programas de esterilização em massa das populações pobres (BARBIERI, 2004).

Para que se resolvam os problemas ambientais devemos considerar os padrões de desenvolvimento dos diferentes nações e também dos vários grupos sociais existentes. O elevado padrão de vida de vários países do chamado primeiro mundo demanda em grande quantidade de recursos naturais que muitas vezes não são supridos internamente, provocando problemas socioambientais em países subdesenvolvidos.

## **SENSIBILIZAÇÃO PARA OS PROBLEMAS AMBIENTAIS E A GESTÃO AMBIENTAL**

Na segunda metade do século XIX começa um intenso debate entre membros da comunidade científica e artística para delimitar áreas do ambiente natural a serem protegidas das ações humanas para criar santuários onde a vida selvagem pudesse ser preservada. Destaca-se, nesse aspecto, a criação do parque nacional de Yellowstone nos Estados Unidos em 1872, considerado o primeiro do mundo. O crescimento da consciência ambiental por amplos setores da sociedade é outro fator indutor da emergência da Gestão Ambiental. No pós-guerra começa efetivamente o crescimento dos movimentos ambientalistas apoiados numa crescente conscientização de parcelas cada vez maiores da população. Entende-se por ambientalismo as diferentes correntes de pensamento de um movimento social que tem na defesa do meio ambiente sua principal preocupação (BARBIERI, 2004).

Na década de 1960 a crescente implantação de grandes projetos nos Estados Unidos da América causou repercussões ambientais, como derramamento de petróleo, construção de grandes represas e rodovias, que geraram movimentos ambientalistas impulsionados pelas conseqüências que tais empreendimentos causaram. A preocupação com o ambiente, antes restrita a artistas, cientistas e alguns políticos, atingiu vários setores da população mundial, devido ao alto grau de degradação ambiental observado em várias partes do globo. Há menos de quatro décadas ocorreram inúmeros acidentes ambientais que podem ser considerados catástrofe por terem provocado milhares de mortes e prejuízos de grande monta. Contribuíram para estas catástrofes ambientais a

lagoa de Minamata no Japão, que sofreu contaminação por mercúrio e atingiu a cadeia alimentar até contaminar as pessoas, mais de 17.000 residentes da região foram afetados e sofreram as conseqüências dos males provocados por esse metal.

Outro caso foi o ocorrido em Seveso, norte da Itália a explosão de um reator com a liberação de mais de 8 toneladas de dioxina para atmosfera contaminou mais de 110.000 pessoas que estavam nas redondezas naquele momento. Outra conseqüência foi o abate de mais de 70.000 animais de grande e pequeno porte que foram contaminados.

A catástrofe que não pode deixar de ser mencionada é a usina de Chernobyl, quando ocorreu a explosão de um reator e descarregou na atmosfera uma quantidade de material radioativo equivalente a mais de quarenta vezes ao das bombas de Hiroshima e Nagasaki juntas, matando mais de 10.000 pessoas no primeiro momento e contaminando milhares.

O acidente ambiental ocorrido com o petroleiro Exxon Valdez, que ao fazer manobras para descarregar bateu o fundo e rompeu o casco derramando mais de 24.000 barris de petróleo na Baía Príncipe Willians, no Alasca (ASSUMPCÃO, 2004). E atualmente o acidente na plataforma da petrolífera British Petroleum empresa responsável pelo vazamento de petróleo no Golfo do México, que ainda não foram levantados os custos ambientais.

Nas últimas décadas, as informações sobre os problemas ambientais, tornadas possíveis e divulgadas pelas pesquisas e também pela imprensa, facilitam para as pessoas de todos os níveis sociais a conhecer, ou ao menos saber da existência dos problemas ambientais, criando um despertar ecológico, no qual a maioria, mesmo não agindo corretamente, consegue sentir os problemas que a natureza vem enfrentando. Nos últimos anos do século XX foram particularmente ricas as denúncias e os debates acirrados em conferencias sobre mudanças ambientais, liderados por grandes pesquisadores dos mais variados campos do conhecimento. Os principais eventos mundiais que levaram a humanidade a se preocupar com as questões ambientais, são citados a seguir:

- Rachel Carson em 1962, publica o livro *Silent Spring* (Primavera Silenciosa) que teve enorme repercussão na opinião pública e que expunha os perigos do inseticida DDT.
- Em abril de 1968, cientistas, educadores, industriais e empresários de dez países se reuniram em Roma para discutir os dilemas atuais e futuros do homem, nasce aí o conhecido Clube de Roma.
- Acontece em Setembro de 1968, em Paris uma Conferência sobre a conservação e o uso racional dos recursos da biosfera que estabelece as bases para o lançamento, em 1971, do programa Homem e a Biosfera.
- A ONU realiza em 1972, na capital da Suécia a Conferência de Estocolmo que teve como resultado a declaração de um plano de Ação para o Meio Ambiente Humano, que

contém 109 recomendações.

- Em 1983, a Assembléia Geral da ONU cria a Comissão Mundial Sobre Meio Ambiente e o Desenvolvimento (CNUMAD), presidida pela primeira ministra da Noruega Gro Harlen Brundtland, objetivando examinar as relações entre meio ambiente e o desenvolvimento e apresentar propostas viáveis. O informe Brundtland denominado “Nosso Futuro Comum” divulgado em 1987, é considerado um dos mais importantes documentos sobre a questão ambiental e desenvolvimento.

- Na década de 90 acontece o encontro da CNUMAD – Conferência das Nações Unidas Sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, 20 anos após a Conferência de Estocolmo. Desse encontro foram assinados cinco documentos que direcionariam as discussões sobre meio ambiente nos anos seguintes: Agenda 21, Convênio sobre a Diversidade Biológica, Convênio sobre as Mudanças Climáticas, Princípios para a Gestão Sustentável das Florestas e Declaração do Rio de Janeiro sobre meio ambiente e desenvolvimento.

Após os acontecimentos citados anteriormente, o homem entra num processo de sensibilização ambiental e o contingente de pessoas preocupadas com o meio ambiente, que já é significativo, tende a crescer ainda mais à medida que as populações se dão conta de que estes problemas não só afetam a qualidade de vida atual, mas comprometem a sobrevivência do próprio homem.

Com a necessidade de produzir, e com a consciência de que era preciso conservar o meio ambiente, surge “a gestão ambiental”. Embora nas décadas de 70 e 80, devido a agravamento do nível de degradação ambiental, as indústrias começassem a ter um controle ambiental, foi a partir da década de 1990 que a gestão ambiental começou a ser implantada de fato. Após a Eco-92 ocorrida no Rio de Janeiro, houve um aumento da assinatura de tratados e de medidas normatizadoras tomadas pelos organismos financeiros internacionais configurando a construção de uma nova ordem mundial. A construção de um arcabouço normativo institucional ambiental nos Estados-nações é direcionada, em grande medida, pelo significativo número de acordos multilaterais relacionados com o meio ambiente que constituem o aspecto mais visível dessa nova ordem mundial (DIAS, R, 2006).

Em 1996, em seu informe anual conhecido por Estado do Mundo, o Wordwatch Institute defendeu a aplicação de um eco-imposto para enfrentar a crise ambiental. Segundo o instituto, os produtos que mais contribuem para o aumento do aquecimento do planeta, desflorestamento, acúmulo de lixo, diminuição da água potável, contaminação dos oceanos e das terras de cultivo, seriam os mais tributados. O objetivo do informe é um controle nos processos produtivos das empresas, tornando-se uma arma comercial de países na proteção de mercados específicos.

Segundo Seiffert (2007), na esfera pública, a gestão ambiental consiste na implementação pelo governo de sua política ambiental, mediante a definição de



estratégias, ações, investimentos e providências institucionais, jurídicas, com a finalidade de garantir a qualidade do meio ambiente, a conservação da biodiversidade e o desenvolvimento sustentável.

Para a autora supracitada, a gestão ambiental integra em seu significado, a política ambiental, que é o conjunto consistente de princípios doutrinários que conformam as aspirações sociais e/ou governamentais no que concerne à regulamentação ou modificação no uso, controle, proteção e conservação do ambiente; o planejamento ambiental que visa à adequação do uso, controle e proteção do ambiente às aspirações sociais e/ou governamentais; o gerenciamento ambiental, que é o conjunto de ações destinado a regular o uso, controle, proteção e conservação do meio ambiente, e avaliar a conformidade da situação corrente com os princípios doutrinários estabelecidos pela política ambiental.

Alguns instrumentos são utilizados pela gestão ambiental. Na esfera pública instrumentos os de comando e controle, que são mecanismos do tipo repressivo - leis, decretos, portarias, resoluções, etc., onde a organização, em caso de descumprimento, sofre penalizações. Outros instrumentos utilizados são os mecanismos de autocontrole, a exemplo as normas ISO, que estão associados às esferas privadas, e os instrumentos econômicos, que são chamados na União Européia de “ecotaxas” e influenciaram o comportamento das pessoas, utilizando medidas que representam benefícios ou custos adicionais para elas.

Há diversas espécies desses tributos, sendo que as mais conhecidas são:

- a) Tributação sobre emissões que são encargos cobrados sobre a descarga de poluentes, geralmente calculados com base nas características dos poluentes e nas quantidades emitidas.
- b) Tributação sobre a utilização de serviços públicos de coleta e tratamento de efluentes.
- c) Tributação baseada em alíquotas diferenciadas sobre os produtos de acordo com seu grau de impacto ambiental, com o objetivo de induzir a produção e o consumo dos produtos mais benéficos ao meio ambiente.
- d) Tributação que incide sobre os preços de produtos que geram poluição ao serem utilizados em processos produtivos ou pelo consumidor final, como as taxas cobradas sobre derivados de petróleo, carvão, energia elétrica, baterias, pneus, produtos que contém enxofre, CFC's, etc.

As corporações atualmente trabalham pela procura de produtos “menos nocivos” ao meio ambiente, sendo um grande desafio no setor produtivo. Surge aí um novo modelo ou um indicativo de que a proteção ambiental está deixando de ser considerada responsabilidade apenas de órgãos governamentais e de ambientalistas, mas sim passando a ser compartilhada por vários setores da sociedade.

Com o aumento da conscientização ambiental mundial, surgem novos consumidores, chamados de “verdes” que transformam a preocupação com o meio ambiente não somente um fato social, mas sim em marketing ecológico, cujo objetivo é a



procura por produtos e serviços que incorporam a variável ecológica.

O marketing ambiental, envolvido com as necessidades recentes do cliente cidadão, consciente da importância da preservação da natureza, tem assumido várias denominações, entre as quais: marketing ecológico, verde ou ambiental, todas elas têm como preocupação fundamental as implicações mercadológicas dos produtos que atendem às especificações da legislação ambiental e que contemplam as expectativas de uma boa parcela de consumidores, no que diz respeito a não serem agressivos ao meio ambiente. O cliente, neste caso, não é o único público-alvo a ser atingido por estratégias de marketing, outros públicos que, direta ou indiretamente, se relacionam com as corporações devem merecer atenção, pois podem se constituir em obstáculos ao desenvolvimento organizacional e impedir sua permanência no mercado, cada vez mais competitivo.

Outros públicos que devem ser considerados quando se trata da questão ambiental, visto que podem limitar a liberdade de atuação de uma organização, são os grupos ambientalistas, os fornecedores, os distribuidores, o governo, a comunidade mais próxima da unidade de produção (DIAS. R, 2006).

## **ASUSTENTABILIDADE AMBIENTAL**

Até a década de 1960 prevalece a convicção de que seriam infinitas as fontes de recursos naturais e de que o livre mercado maximizaria o bem-estar social. Como a teoria econômica convencional tratava apenas de alocação de recursos escassos, e a natureza não era considerada fator de limitação, esse paradigma considerava o meio ambiente irrelevante para a economia. Apesar do absurdo de se raciocinar desta maneira nos dias de hoje, percebe-se ainda, a predominância desse conceito em certos segmentos da sociedade (TACHIZAWA, 2002).

O desdobramento da economia nos países do Norte, embora tenham resolvido seus problemas relacionados ao bem-estar social, defronta-se com grandes impasses, como os riscos gerados pelo próprio desenvolvimento do capitalismo, relacionados principalmente ao desemprego e a degradação ambiental. O primeiro deixou de ser um problema exclusivo dos países do Sul, a partir da consolidação da revolução informacional e da automação industrial. O segundo, não obstante seja um problema transnacional por afetar todas as nações, não foi tratado dessa forma por muito tempo.

Para Siqueira (2000), o desenvolvimento insustentável e sua cultura técnica/perfomática e do desperdício devem ser substituídos por um desenvolvimento sustentável de enfoque comunitário, que priorize o princípio da equidade social sobre a eficiência alocativa, rompendo-se com a visão tecnocrática que subordina a participação

da sociedade civil aos mecanismos do mercado. A falta de consenso sobre este novo estilo de desenvolvimento resulta no embate entre forças progressistas e conservadoras. Estas insistem em tratar a natureza de forma instrumental, mantendo seu padrão de consumo e prosperidade (do qual participam apenas 20% da população mundial). Enquanto que as forças progressistas lutam por uma civilização socialmente justa, por políticas econômicas que levem em conta as questões ambientais, e por uma visão da natureza em harmonia com os seres humanos. Deste conflito resultam novas e profundas divisões entre as nações, as classes sociais e os partidos.

Atualmente o homem certo de seu saber usa e abusa de tudo o que está ao seu alcance; desenvolveu um sistema altamente produtivista sem levar em consideração às preocupações éticas; através de sua intervenção, alterou completamente o meio ambiente, e hoje, em vez de se preocupar com o que a natureza poderia fazer-lhe, tem que se preocupar com o que fez à natureza, triste fato.

A boa qualidade do meio ambiente é uma das mais importantes preocupações da sociedade moderna. O elemento que motiva essa priorização é o impacto do desenvolvimento tecnológico aumentando as mudanças no estilo de vida do homem.

No passado, quando o assunto era degradação ambiental, os argumentos empresariais incluíam apenas o comprometimento com a lucratividade e competitividade, com estratégia de externalizar os custos ambientais, transferindo-os para a sociedade, poupando o verdadeiro causador. No final do século XX a questão ambiental deixou de ser analisada como problema global, atingindo todo o planeta e mobilizando a sociedade civil organizada, os meios de comunicação e os governos. Neste período, o conceito de responsabilidade social era visto unicamente por meio de pagamentos de salários, impostos e remuneração de acionistas, como se os desastres ambientais ficassem presos dentro das cercanias da empresa.

As empresas passaram a usar estratégias para orientar as ações em consonância com as necessidades sociais, de modo que garantam, além do lucro e satisfação dos clientes, o bem-estar da sociedade. Esta responsabilidade não pode ser confundida como assistencialismo, uma vez que seu objetivo é cumprir plenamente com as obrigações jurídicas, investindo mais no capital humano.

O agravamento dos problemas ambientais está ligado à forma como o conhecimento técnico-científico vem sendo aplicado no processo produtivo. Portanto, as catástrofes e danos ambientais não são acontecimentos inesperados e sim uma característica inerente à modernidade, que mostra, acima de tudo, a incapacidade de controlar os efeitos gerados pelo desenvolvimento industrial (DEMAJOROVIC, 2003).

Os perigos dos desastres ambientais não são calculáveis, nem em termos espaciais, nem em termos temporais. A possibilidade de um acidente ambiental de

grande dimensão, no qual a quantificação do risco seja calculada é mínima, pois as questões espacial e temporal não podem ser prevista, pois muitos indivíduos potencialmente afetados ainda estão por nascer.

Embora problemas ambientais perpassem semelhantemente por todos os países, porém com algumas especificidades. Os interesses em jogo são muito grandes na sociedade globalizada, visto que o lucro é a base do desenvolvimento.

Hábitos poluidores não são privilégios de determinadas nações, nem exclusivo dos países do Norte, ocorrendo também nos países do sul. Obviamente que a inserção se dá de forma e intensidade diversas nos vários países do mundo (NOAL, 2002).

A discrepância é assustadora quando se trata de consumo, pois os Estados Unidos representam 5% da população mundial, no entanto, consomem 30% da energia mundial. Segundo Capra (2002), se todos os habitantes da Terra consumissem igual a um cidadão dos Estados Unidos, seria necessário quatro planetas Terra para sustentar a população mundial. O consumo per-capita em alguns países do Norte chega a ser vinte vezes superior ao do Sul.

Para Noal (2002), os países do Norte, que detêm a maior parcela do capital e do poder mundial, não estão dispostos a moderar seu padrão de consumo insustentável a médio prazo, nem reduzir as exigências financeiras em relação aos países do sul, que possuem, em contrapartida, diversidade biológica e recursos energéticos abundantes, mas em contrapartida, diversidade biológica e recursos energéticos abundantes, mas não conseguem usá-los como ponto vital de negociação em relação ao domínio do Norte.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante séculos ocorreram muitas transformações sociais políticas econômicas e ambientais principalmente devido ao avanço tecnológico e científico, com isso o planeta terra foi explorado de maneira predatória na tentativa de extrair os maiores benefícios à sociedade humana.

Os recursos eram vistos como inesgotáveis, sendo usados em muitos casos de maneira intensiva, e com o crescimento econômico populacional, em meados do século XX ocorreu a mobilização na gestão de vários recursos naturais, como a água, florestas, mineração, entre outros, pois a partir de 1950, começou a aparecer os efeitos da crise ambiental devido a degradação das condições de vida da população e dos sistemas naturais.

A busca pela conservação ambiental tornou clara a necessidade do aproveitamento dos recursos naturais de forma integrada, e com isso criou-se uma configuração territorial que foi cada vez mais o resultado de uma produção histórica e

tende a uma negação da chamada natureza natural, substituindo-a por uma natureza inteiramente humanizada (SANTOS, 1988).

O pensamento determinista de que a natureza existia para servir ao ser humano contribui para o estado de degradação ambiental que hoje se observa. Mas certamente foi o aumento da escala de produção e consumo provocado pela modernidade que iniciou os problemas ambientais que hoje conhecemos.

Segundo Chagas (2002), o problema da degradação ambiental tem amplitude necessária para mover os sentimentos de todos os habitantes deste planeta, pois é transacional. Pode ser uma bandeira para unir e diminuir o conflito entre as sociedades mais ricas e as mais pobres, embora este “cassino internacional e globalizado” nem tenha rosto, nem ética e nem moral. É preciso que este problema possa se tornar plataforma para um exercício de solidariedade.

No Brasil, a produção acadêmica ambientalista crítica se apresenta marginal. Esse fenômeno é decorrente de diferentes motivos, cuja análise extrapola os limites do presente texto. Todavia, partimos do pressuposto de que é necessário o seu resgate, no conjunto dos movimentos que constituem o ambientalismo, para buscar evidenciar as contradições inerentes ao capitalismo e orientar seus esforços para a definição de estratégias que atuem no sentido da democratização e modificação da estrutura social vigente.

Para Acserald (2002), os movimentos sociais contra a degradação do meio ambiente se articulam de forma crescente, buscando democraticamente a implantação de um novo modelo de cidadania. A defesa destes direitos une lutas sociais, seja pelo acesso a bens coletivos, como água e o ar, seja pelo acesso a recursos naturais de uso comum, necessários à existência de grupos (seringueiros e comunidades indígenas), enfim, pela garantia de uso público do patrimônio natural (áreas verdes, rios e nascentes).

Através destes movimentos, criou-se a chamada modernização ecológica. Esta afirma que um processo de capitalização ocorreria a partir da extração de recursos ambientais, com os problemas ambientais sendo incorporados pelo mercado, que, por sua vez, criaria mecanismos econômicos de resolvê-los. A partir destes postulados, principalmente a possibilidade do crescimento econômico sem a degradação do meio ambiente, é que o conceito de modernização teria atraído seus mais devotos adeptos, entre empresários preocupados com o meio ambiente e entre os ambientalistas mais conservadores (ACSERALD, 2002).

Assim, aprendemos com a hipótese de Gaia definida por James Lovelock segundo a qual não podemos usar uma lanterna para enxergar nosso caminho no escuro e ao mesmo tempo esperar que as pilhas durem para sempre. Por conta disso, não devemos usar indiscriminadamente os recursos naturais e esperar que estes recursos nunca se acabem.

## REFERÊNCIAS

- ASSUMPCÃO, Luiz Fernando Joly. **Sistema de gestão ambiental**. Manual Prático Para Implementação de SGA e Certificação Iso 14.001. Editora Juruá. Curitiba, 2004.
- ACSELRAD, Henri. **Justiça Ambiental e Construção Social do Risco**. XIII Encontro Nacional da ABEP, Caxambu (MG), 2002.
- BARBIERI, José Carlos. **Gestão ambiental e empresarial: conceitos, modelos e instrumentos**. Saraiva: São Paulo, 2004.
- BECK, Ulrich. **Risk society: Toward a new modernity**. Londrs: SAGE, 1992.
- BECK, Ulrich. **A sociedade global de risco**. Diálogo ocorrido em 1998. *Prima Facie*-ano 1, n. 1, jul/dez. 2002.
- DIAS, Reinaldo. **Gestão ambiental: responsabilidade social e sustentabilidade**. Atlas: São Paulo, 2006.
- CAPRA, Fritjof. **As conexões ocultas: ciência para uma vida sustentável**. São Paulo: Cultrix, 2002.
- CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**, I. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- CHAGAS, Henrique. **Degradação ambiental, globalização da economia e os limites do judiciário**. 2002.
- DEMAJOROVIC, J. **Sociedade de risco e responsabilidade socioambiental: perspectivas para a educação corporativa**. São Paulo: Senac, 2003.
- NOAL, Fernando de Oliveira. **Os ritmos e os riscos: considerações sobre globalização, ecologia e contemporaneidade** in: *Sociedade e meio ambiente: a educação ambiental em debate*. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2002.
- FERNANDES, Vivian Cristiani. **Estudos de impacto ambiental: um instrumento de gestão ambiental aplicado em diagnósticos arqueológicos**. Monografia de curso de Gestão Ambiental. No Prelo. Faculdades Bagozzi: Curitiba, 2006.
- SANTOS, Milton. **Globalização e Geografia**. São Paulo: Hucitec, 1988.
- SEIFFERT, Maria Elizabete Bernardini. **Gestão Ambiental: instrumentos, esferas de ação e educação ambiental**. Atlas; São Paulo, 2007.
- SMITH, Adam. **A riqueza das nações: investigações sobre a natureza e suas causas**. Abril Cultural. São Paulo, 1983.
- TACHIZAWA, T. **Gestão Ambiental e responsabilidade social corporativa: estratégias de negócio focadas na realidade brasileira**. São Paulo: Atlas, 2002.